

Morgan faz mais...

por Maria Clara R.M. do Prado
de Washington
(Continuação da 1ª página)

mais difícil futuros novos arranjos na direção da proposta Brady. Os países precisam ter recursos em reserva e com eles dar a sua contribuição para o abatimento dos débitos externos. Uma das principais fontes de "dinheiro novo" são justamente os bancos credores privados, perspectiva que fica relegada a um segundo plano na medida em que passam a dar como perdido parte dos créditos que têm, principalmente junto aos devedores latino-americanos. Nin-

guém se arrisca, por exemplo, a prever quando o acordo com o México será efetivamente fechado, apesar dos esforços do FMI.

Representantes da própria comunidade bancária têm feito críticas à instituição, especialmente quanto à mudança de atitude no que se refere à operacionalização dos acordos de ajuste. O FMI já não coloca mais como condição básica para assinar um programa econômico e liberar recursos a garantia de que pelo menos 90% da massa crítica dos créditos de bancos credores privados tenha aderido a um plano de renegociação externa.

A assinatura de acordos entre o FMI e os países devedores, antes de estar assegurado o comprometimento dos bancos, é uma realidade recente que funcionou com México, Venezuela, Costa Rica e Filipinas, mas foi contestado por Horst Shulmann, presidente do Institute of International Finance, ligado a insti-

tuições bancárias, no comunicado que costuma fazer às vésperas de cada reunião anual do FMI.

"A comunidade bancária não tem a percepção de nossa posição. É verdade que a diretoria executiva do FMI decidiu modificar um pouco a longa tradição que consiste na garantia total do comprometimento dos bancos antes de desembolsarmos nosso dinheiro, mas isso não significa que estamos mais complacentes agora. Apenas a realidade mostrava que a espera por um acordo final com os bancos era demorada, criando expectativas e até influenciando para o deterioramento do programa de ajuste econômico", contrapôs Camdessus.

Apesar dessa flexibilidade, o FMI não abandonou o rigor com que costuma tratar os programas de estabilização com os países em dificuldades cambiais. O gerente-geral do FMI teceu elogios ao esforço que vem fazendo a Argentina para

manter a economia sob controle. As conversações com aquele país foram qualificadas como intensas e produtivas. "Me impressionou a determinação de seu governo em atacar o problema em suas raízes e tratar de ensejar medidas que realmente possam colocar o país de pé, como a revisão orçamentária, o combate à inflação e a abertura da economia", observou Camdessus.

Quanto ao Brasil, deixou claro que o prazo de duração do acordo em discussão não é o problema principal a ser contornado — o FMI não tem qualquer impedimento de realizar programas de curta duração, de seis meses, por exemplo, e embora isso não tenha sido feito nos últimos anos, já aconteceu no passado mais remoto — e indicou que o ponto básico é a apresentação por parte do governo brasileiro de um programa suficientemente consistente que possa ser apoiado pelo organismo.